

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho n.º 20 110/2007

1 — Através do aviso n.º 10 608/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Junho de 2007, divulgado na bolsa de emprego público no mesmo dia e publicitado no jornal *Público*, de 20 do mesmo mês, foi aberto o procedimento concursal para preenchimento do cargo de chefe de divisão de Nomenclatura e Gestão Pautal, da Direcção de Serviços de Tributação Aduaneira, da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

2 — Mediante proposta fundamentada do júri do respectivo procedimento concursal e nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de chefe de divisão de Nomenclatura e Gestão Pautal o reverificador assessor principal, licenciado em Economia, António David Jesus de Almeida, por ter revelado possuir o perfil, a aptidão e a competência técnica exigidos para o cargo, pois que:

a) Detém ampla experiência técnica não só na área de actuação do cargo, como também nas demais matérias de âmbito aduaneiro e tributário, decorrente do exercício de funções durante mais de 20 anos, nesta Direcção-Geral;

b) Possui experiência no exercício de funções dirigentes, uma vez que já vem exercendo o cargo para que é agora nomeado, há algum tempo, em regime de substituição;

c) Detém um conjunto valioso de experiências e de conhecimentos relativos à participação em seminários e reuniões técnicas internacionais e na implementação, desenvolvimento, aperfeiçoamento, difusão e actualização das pautas de serviço, fundamentais para a actividade das alfândegas e dos operadores económicos;

d) Revelou possuir capacidade de liderança, de gestão e de inovação, bem como para promover o trabalho em equipa, tendo integrado alguns grupos de trabalho;

e) Revelou possuir um muito desenvolvido espírito de iniciativa orientado para objectivos práticos para o desempenho do cargo.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

4 — Nos termos do artigo 31.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, autorizo a opção pelo vencimento base da categoria de origem.

5 — De acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

9 de Agosto de 2007. — O Subdirector-Geral, em substituição do Director-Geral, *João Manuel Almeida de Sousa*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Identificação:

Nome — António David Jesus de Almeida;
Estado civil — casado.

Formação académica — licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 1983.

Formação profissional — frequência de diversas acções de formação nas áreas aduaneira e dos impostos especiais sobre o consumo, informática e gestão, sendo de destacar nesta última a frequência do FORGEP.

Experiência profissional:

Em 12 de Março de 1984, ingressou no quadro da então Direcção-Geral das Alfândegas, na carreira técnica superior aduaneira, sendo actualmente titular da categoria de reverificador assessor principal;

Tem desempenhado funções em diversos serviços da DGAIEC, sendo de salientar as desenvolvidas no âmbito das atribuições da Direcção de Serviços de Tributação Aduaneira, das quais se destacam:

Participação na implementação da pauta de serviço de 1986, designadamente na explicitação dos dados que a base de dados deveria conter, face às necessidades decorrentes da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia;

Participação no desenvolvimento da nova base de dados pautal em 1999;

Participação nos testes de migração da base de dados ADABAS para a base de dados ORACLE;

Responsável pelo desenvolvimento do projecto que permite a visualização da pauta de serviço na *intranet* e Internet;

Responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de todas as versões da pauta de serviço — versão papel, CD-ROM, *intranet* e Internet;

Desde Janeiro de 2006, desempenha, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Nomenclatura e Gestão Pautal.

Outras actividades relevantes:

Participação em diversos seminários, quer de nível nacional, quer de nível comunitário, nomeadamente no âmbito dos Programas Alfândega 2002 e 2007, sendo de relevar o seminário sobre «Antidumping measures and the application of Community», na Lituânia, em que foi presidente de um grupo de trabalho, e o seminário sobre «Informações pautais vinculativas», na Eslovénia, em que foi relator;

Participação em diversos grupos e equipas de trabalho, sendo de destacar o grupo de trabalho para as informações complementares da pauta, do qual é coordenador;

Formador na área da classificação pautal (sector agrícola);

Membro de vários júris de concursos de acesso nas diversas carreiras aduaneiras.

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 20 111/2007

Por despacho de 9 de Agosto de 2007 do subdirector-geral, proferido no uso de competência delegada, é nomeado definitivamente, na sequência de concurso interno de ingresso e aprovação em estágio, o licenciado João Augusto Silva de Brito, na categoria de técnico superior de orçamento e conta do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, ficando posicionado no escalão 1, índice 500.

14 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

Instituto Nacional de Administração, I. P.

Despacho n.º 20 112/2007

Por meu despacho de 16 de Agosto de 2007:

Foi Rui Alberto de Queirós Simões Alves, assessor do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I. P., nomeado, após concurso, assessor principal da carreira técnica superior do mesmo quadro.

Foi Marta Maria Carvalho de Matos, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I. P., nomeada, após concurso, assessora da carreira técnica superior do mesmo quadro.

Foi Maria do Rosário Caldeira Nunes de Matos, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I. P., nomeada, após concurso, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do mesmo quadro.

Foi Maria Teresa Martins Pais Machado de Oliveira, técnica de informática, grau 1, nível 2, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I. P., nomeada, após concurso, técnica de informática, grau 2, nível 1 da carreira de técnico de informática do mesmo quadro.

16 de Agosto de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, em exercício, *Rui Afonso Lucas*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 721/2007

Louvo o tenente-coronel piloto-aviador, NIP 062305-K, Rui José dos Santos Pedroso Pinheiro de Freitas, pela forma excepcionalmente competente, dedicada e eficiente como desempenhou as exigentes funções de assessor militar no meu Gabinete, assegurando a ligação à Força Aérea.

Durante o período em que me assessorou, o tenente-coronel Rui Freitas soube sempre colocar ao serviço do meu Gabinete o seu profundo conhecimento sobre a estrutura e os processos mais importantes da Força Aérea, manifestando um permanente sentido do dever, elevado espírito de colaboração e uma permanente disponibilidade, visível

veis na forma diligente como preparou e conduziu os assuntos sob sua responsabilidade.

O tenente-coronel Rui Freitas demonstrou também em todos os seus actos uma grande lealdade, isenção no exercício das suas funções e elevado sentido das responsabilidades, qualidades estas que, aliadas a uma genuína simpatia pessoal, potenciadora de um bom ambiente e sã camaradagem, foram o garante de um desempenho global que considero exemplar e particularmente digno de registo.

Atento quanto precede, considero da mais elementar justiça, no momento em que se aproxima o termo das suas funções no meu Gabinete, dar público testemunho do meu apreço pela elevada competência, excepcional zelo e forma altamente honrosa e brilhante como o tenente-coronel Rui Freitas desempenhou as suas funções, contribuindo deste modo e significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional, deixando antever que a Força Aérea muito de si terá a esperar.

Assim, atento ao disposto nos artigos 25.º e 26.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º e nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 3 do artigo 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha da defesa nacional de 2.ª classe ao tenente-coronel piloto-aviador, NIP 062305-K, Rui José dos Santos Pedroso Pinheiro de Freitas.

6 de Agosto de 2007. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa

Despacho n.º 20 113/2007

Considerando que ocorreu a vacatura do lugar de director dos Serviços de Contratos, Programação e Controlo de Importações e Exportações da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, do Ministério da Defesa Nacional;

Considerando que enquanto decorrer o procedimento concursal tendente à nomeação de novo titular importa assegurar a direcção, a coordenação e o controlo das actividades cometidas à Direcção de Serviços de Contratos, Programação e Controlo de Importações e Exportações;

Considerando que o coronel ART NIM 18794480, Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira, reúne todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo e possui a competência técnica, a aptidão e o perfil adequados ao exercício das inerentes funções:

1 — Nomeio, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o coronel ART NIM 18794480, Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira, para exercer, em regime de substituição, o cargo de direcção intermédia do 1.º grau (director de serviços) da Direcção de Serviços de Contratos, Programação e Controlo de Importações e Exportações da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, do Ministério da Defesa Nacional.

2 — De acordo com o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado pode optar pelo vencimento ou retribuição de base da sua função, cargo ou categoria de origem.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

10 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, vice-almirante.

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 722/2007

Após 53 anos de serviço, vai o contra-almirante Joaquim Manuel Barreiros Espadinha Galo cessar, a seu pedido, as funções de presidente da Comissão do Domínio Público Marítimo, assim terminando a sua carreira naval.

Ao longo de mais de meio século de dedicação exclusiva à Marinha, o contra-almirante Espadinha Galo desempenhou um amplo leque de funções, quer no mar quer em terra, na Marinha e na NATO, desde o comando de unidades navais à logística e ao ensino e formação, pautando-se a sua actuação sempre pela competência e dedicação à carreira que abraçou.

Na Comissão do Domínio Público Marítimo (CDPM), onde serviu nos últimos 12 anos, inicialmente como vogal, na qualidade de individualidade de reconhecido mérito e, nos últimos 5 anos, nas funções de presidente por substituição, colocou ao serviço da Marinha e do

País a sua enorme generosidade, desempenhando com extrema competência um cargo de grande exigência em termos de estudo e de rigor, tendo os seus pareceres merecido a aceitação a todos os níveis da decisão dos vários intervenientes da administração e privados envolvidos.

Apesar das alterações legislativas recentes, a Comissão do Domínio Público Marítimo, sob a liderança serena, mas plena de entusiasmo, do contra-almirante Joaquim Manuel Barreiros Espadinha Galo, afirmou-se como órgão indispensável para o ordenamento do domínio público marítimo, na defesa intransigente do primado da lei sobre os interesses individuais no que respeita à orla de confluência com o mar. Deste saber e rigor resultou o reconhecimento do Ministério do Ambiente e a visibilidade da Marinha numa área tradicional da sua competência que ultrapassa em muito a sua incumbência como ramo das Forças Armadas.

Patenteando qualidades pessoais, militares e profissionais de grande mérito, o contra-almirante Espadinha Galo demonstrou ser um oficial-general de eleição, dignificando a Marinha em variadíssimas situações. Já na situação de reserva, continuou a colocar todo o seu sentido de responsabilidade e competência profissional ao serviço do País, deixando uma forte impressão que deriva dos seus profundos conhecimentos e constituindo-se como esteio de uma arte exigente e minuciosa, elaborando pareceres que se constituíram em elementos de referência e de orientação na abordagem das questões relacionadas com a defesa e manutenção do domínio público marítimo.

De assinalar ainda o envolvimento adequado e oportuno do contra-almirante Espadinha Galo que, mesmo já na situação de reforma, nos últimos três anos, colaborou activamente na reformulação do quadro legislativo relativo à titularidade dos recursos hídricos e da lei da água, granjeando reconhecimento e prestígio para a Comissão do Domínio Público Marítimo e para a Marinha.

Assim sendo, quero dar público testemunho da minha maior consideração pelo contra-almirante Joaquim Manuel Barreiros Espadinha Galo, considerando que os serviços por si prestados ao longo de uma muito longa carreira de dedicação exclusiva à Marinha e, especificamente, nos últimos 12 anos, na Comissão do Domínio Público Marítimo, contribuíram significativamente para o prestígio da Marinha numa área de reconhecida utilidade pública, pelo que, nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto n.º 49 052, de 30 de Maio de 1969, lhe concedo a medalha naval de Vasco da Gama.

4 de Julho de 2007. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Portaria n.º 723/2007

Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por diuturnidade ao posto de subtenente os aspirantes da classe de técnicos navais em regime de contrato 9102406, Ana Cláudia Geraldês Pereira Pessoa Nunes, e 9102706, Mário João Rodrigues Farinha Teixeira, que satisfazem as condições gerais de promoção fixadas e previstas no artigo 299.º, conjugado com o artigo 56.º e as condições especiais de promoção fixadas no artigo 305.º do mencionado Estatuto, a contar de 26 de Maio de 2007, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 68.º do referido Estatuto.

Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 9100106, subtenente da classe de técnicos navais em regime de contrato Hugo Daniel Carolino Alves.

25 de Julho de 2007. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Superintendência dos Serviços de Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Cívics

Despacho (extracto) n.º 20 114/2007

Por despacho de 10 de Julho de 2007 do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, por delegação do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, foi transferida para o quadro do pessoal civil da Marinha, para a mesma categoria e escalão, Carla Alexandra Antunes Caramelo Hilário, assistente administrativa principal do escalão 1 do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, com efeitos a 16 de Julho de 2007.